

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, julgue os itens seguintes.

- 51 Os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, estados e municípios propostos pelo presidente da República poderão ser verificados a partir de percentual da receita corrente líquida (RCL).
- 52 Para fins de ajustes da dívida pública consolidada aos limites fixados, os precatórios liquidados durante a previsão do orçamento bem como os precatórios não pagos não devem ser incluídos no montante da dívida consolidada.
- 53 Se ultrapassar o respectivo limite ao final de um bimestre, a dívida fundada de um ente da Federação deverá ser a ele reconduzida até o término do bimestre subsequente, reduzindo-se o excedente em pelo menos 25%.

No que se refere à classificação orçamentária que norteia a realização dos gastos de forma harmonizada com o fluxo de ingressos de recursos ao erário, julgue os itens a seguir.

- 54 O superávit financeiro é considerado uma receita do exercício de referência, desde que constitua disponibilidade para utilização no próprio exercício de referência.
- 55 Observadas as exceções circunscritas em lei e considerado o fluxo de ingresso dos recursos, o excesso orçamentário aprovado na programação orçamentária deve ser classificado como uma receita orçamentária.

A respeito do processo que conforma legalmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

- 56 Caso um cidadão, em 15/12/2012, estivesse preocupado com o aumento de preços ao consumidor, ele poderia ter obtido a previsão das metas de inflação para o ano subsequente por meio de consulta à peça integrante do processo em que se submeteu à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2013.
- 57 É permitido ao Ministério Público, sem prejuízo dos critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, promover, por ato próprio, limitação de empenho nos trinta dias subsequentes ao bimestre em que a realização da receita demonstre que poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no anexo de metas fiscais.

Acerca de execução orçamentária e financeira no âmbito do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 58 Os recursos estritamente qualificados só podem ser utilizados para pagamento de despesa legalmente autorizada, desde que a execução tenha ocorrido no período de vigência da Lei Orçamentária Anual.
- 59 A programação financeira de desembolso, que é o instrumento básico do planejamento da União, ajusta o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de ingressos de recursos.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao planejamento governamental no Brasil.

- 60 Sob a óptica do planejamento governamental, observa-se que, na evolução do orçamento público, ao longo do tempo, o orçamento tradicional que surgiu como instrumento formalmente acabado na Inglaterra, no século XIX, está em ponto extremo ou em situação diametralmente oposta ao orçamento moderno, que surgiu nos Estados Unidos, no início do século XX.
- 61 Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, restabeleceu-se ao Legislativo a prerrogativa de propor emendas ao projeto de lei do orçamento, um direito especial que lhe havia sido retirado pela Constituição outorgada de 1967.

Julgue os itens seguintes a respeito dos planos e programas nacionais, constitucionalmente delineados.

- 62 O orçamento plurianual de investimento é a expressão financeira dos programas setoriais, incluídas as despesas correntes que sustentarão a execução dos projetos.
- 63 A previsão dos planos nacionais para integrar formalmente a lei orçamentária de determinado exercício deverá ser registrada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No que concerne à Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue os itens subsequentes.

- 64** Parte do montante das reservas de contingências anotadas na LOA pode ser usada para suportar despesas originárias de eventos fiscais supervenientes à aprovação do orçamento para o exercício de que trata a lei orçamentária.
- 65** A LOA contemplará o demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Com referência à dinâmica do processo orçamentário brasileiro, julgue o item a seguir.

- 66** O sistema orçamentário brasileiro perpassa por três fases distintas: a estratégica, que se traduz em escolhas que visam a melhorias no plano econômico-social; os planos de médio prazo, em geral setoriais e regionais, que expressam o detalhamento das estratégias; e os planos operativos anuais que consubstanciam os dois primeiros ao incorporar as necessidades financeiras, materiais e humanas das diversas metas, distribuídas em cronogramas devidamente aprovados.

Julgue os próximos itens, relativos a finanças e políticas públicas.

- 67** O orçamento é um instrumento que auxilia no desenvolvimento das políticas públicas, uma vez que permite identificar e avaliar o gasto público ao controlar as informações de despesas de custeio e de capital da União, dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios.
- 68** Uma condição básica para elaboração e execução de políticas públicas é o aparelhamento do estado, com capacidade técnica e governabilidade.

A respeito do plano plurianual (PPA), julgue os itens que se seguem.

- 69** O PPA não é considerado instrumento impeditivo do aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, desde que o ordenador da despesa declare que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.
- 70** A previsão expressa no PPA consigna regularidade a uma dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro.

Com relação à administração financeira, julgue os itens seguintes.

- 71** A demonstração dos fluxos de caixa inclui os equivalentes de caixa, o que pressupõe que o investimento tenha vencimento de até três meses em relação à sua aquisição, seja de alta liquidez e apresente baixo risco de alteração de valor.
- 72** A decisão pela execução de um projeto considerado como viável e auspicioso depende de que o seu valor presente líquido tenha remuneração superior ao custo de oportunidade. Nesse sentido, é correto afirmar que, quanto maior a taxa de desconto, menor será o valor presente dos fluxos futuros de caixa.
- 73** Uma empresa que se financie a taxas de juros maiores que o retorno proporcionado pelos investimentos realizados está favoravelmente alavancada uma vez que a diferença assim obtida é incorporada ao patrimônio social dos acionistas ou pode ser a eles devolvida.
- 74** Em uma demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, a variação positiva do capital de giro classifica-se entre as atividades de financiamento.

- 75** Considere-se que, em uma determinada série de capitais, deverá ser despendida uma quantia inicial P para a obtenção de rendas futuras — R^1 , R^2 e R^3 —, de acordo com o modelo básico de anuidade, a uma taxa mensal de juros de 5%. Nessa situação hipotética, a aplicação inicial necessária e suficiente para a obtenção do referido fluxo de rendas deverá ser calculada da seguinte maneira:

$$P = R^1/0,05 + R^2/(1,06)^2 + R^3/(1,05)^3.$$

- 76** Considere que, no cálculo do valor atual líquido de um projeto, chegou-se à seguinte série referente ao fluxo de caixa projetado (em R\$ 1.000,00):

ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5
-850	-650	500	1.000	1.500

Considere ainda que, no primeiro ano, deu-se a implantação; e, nos seguintes, ocorreu a operação. Nesse caso, é correto afirmar que o tempo de recuperação, quando se considera apenas a fase de operação, é de três anos.

- 77** Em matéria de prazos e condições para concessão de crédito, a prática usual adotada no Brasil tem demonstrado que a empresa vendedora embute altas taxas de juros em seus preços, para forçar o cliente a realizar a operação a vista, mediante a oferta de descontos.

A respeito do SIAFI e da nota fiscal de serviços eletrônica, julgue os itens seguintes.

- 78** O uso da nota fiscal eletrônica conjugada, no caso de contribuintes que vendam mercadorias e prestem serviços, depende de prévio convênio ou protocolo de cooperação entre cada secretaria de fazenda estadual e a Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- 79** O pré-empenho é um documento utilizado pelo SIAFI por ocasião da assinatura de contratos ou convênios pela administração, sendo substituído pela nota de empenho quando se inicia a sua execução.

No tocante aos princípios e às normas sobre tributação de um modo geral, julgue os próximos itens.

- 80** No caso de o contribuinte não escolher seu domicílio tributário — em se tratando de pessoa natural cuja residência habitual seja desconhecida —, o CTN determina que seja considerado o centro habitual de sua atividade.
- 81** Quando o contribuinte é obrigado a efetuar o pagamento do imposto sem que haja o prévio exame da autoridade administrativa, a fazenda pública homologa esse pagamento tacitamente. Decorrido o prazo de cinco anos, entretanto, a Fazenda é obrigada a fazer a homologação expressa.
- 82** De acordo com o princípio da irretroatividade tributária, as contribuições para a seguridade social não poderão ser exigidas antes do decurso de noventa dias, contados a partir da data da publicação da lei que as houver instituído ou majorado, em respeito ao axioma da segurança jurídica.
- 83** Estaria violando o princípio da não discriminação tributária um município que, na instituição do ISS em seu território, estabelecesse alíquotas diferenciadas dependendo do município onde estivesse localizado o estabelecimento do prestador.
- 84** Com a Constituição de 1988, o entendimento referendado pelo STF é o de que são consideradas tributos tanto as contribuições de melhoria quanto as contribuições propriamente ditas, entre as quais se incluem as destinadas à seguridade social.
- 85** Somente a União tem competência para instituir impostos que não os expressamente discriminados na Constituição Federal, desde que não sejam impostos extraordinários, no caso de guerra externa ou de sua iminência. Terá de instituí-los, entretanto, entre outras condições, mediante lei complementar e será obrigada a repartir o seu produto, entregando 20% aos estados e ao Distrito Federal.
- 86** O imposto de renda das pessoas físicas é o exemplo típico de tributo caracterizado pela ocorrência do fato gerador continuado, pois se trata de situação duradoura, que pode manter-se estável ao longo do tempo.

Com referência à legislação dos diversos tributos, julgue os itens subsequentes.

- 87** Mantém perante o fisco sua condição de pessoa física, não sendo equiparado à pessoa jurídica, o profissional que, sem vínculo empregatício, em estabelecimento próprio, com emprego de auxiliares, preste serviços profissionais e cujos atos constitutivos estejam registrados em cartório por exigência contratual.
- 88** A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é destinada precipuamente à previdência social e integra o orçamento da seguridade social, devendo ser cobrada a uma alíquota uniforme, independentemente do ramo de atividade ou do grau de utilização de pessoal na formação do custo das empresas.
- 89** Nos rendimentos pagos a terceiros pela entidade, esta atua como responsável pela retenção do imposto de renda e, nessa condição, o tributo não representa despesa, devendo ser contabilizado como obrigação até o respectivo recolhimento.
- 90** Imposto de renda retido na fonte a compensar representa o valor descontado da entidade por terceiros no recebimento por serviços prestados. A conta é creditada pela retenção do imposto e debitada quando houver sua compensação na apuração periódica do imposto de renda devido pela pessoa jurídica.
- 91** As deduções da receita bruta, entre as quais estão os abatimentos e os descontos financeiros, não integram a receita bruta para efeito de apuração da base de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP não cumulativa.
- 92** A contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), tanto no regime da cumulatividade, quanto no de não cumulatividade, pode ser classificada como dedução da receita bruta — quando calculada sobre a receita bruta de vendas e serviços —, e como despesa administrativa — quando calculada sobre as demais despesas operacionais.
- 93** A regra constitucional de não cumulatividade do ICMS pressupõe que, na venda não tributada de um produto, o crédito correspondente à sua aquisição não poderá ser aproveitado e, na compra não tributada, não haverá compensação de crédito na venda correspondente.
- 94** A técnica de resolução legislativa dos conflitos de competência entre o ISS e o ICMS e o IPI resultou na redação de lista taxativa dos serviços tributados pelos municípios. Contudo, quando a prestação dos serviços é efetuada sem o emprego de mercadorias, há incidência do ISS mesmo não contendo tais serviços da referida lista.
- 95** A retenção na fonte a que estão sujeitos órgãos e entidades federais abrange todos os impostos de competência da União.

Com base nos fundamentos das contabilidades pública e comercial, julgue os itens a seguir.

96 De acordo com as normas gerais de orçamento, a lei orçamentária deve obedecer aos princípios de universalidade, anualidade e clareza.

97 O princípio da entidade, incluído entre os princípios fundamentais da contabilidade, não exclui a possibilidade de uma entidade ser formada por duas ou várias pessoas, ainda que não seja constituída sob a forma de pessoa jurídica.

98 Considere que determinado profissional tenha sido considerado responsável por irregularidades de escrituração praticadas com o objetivo de reduzir o cálculo do imposto sobre a renda devido por uma entidade. Nessa situação, o profissional poderá ser suspenso do exercício da função por até dois anos.

99 A inscrição de um crédito na dívida ativa integra o objeto da contabilidade pública, embora não faça parte do ciclo orçamentário.

Com relação às demonstrações contábeis apresentadas ao final de cada exercício, julgue os itens de **100 a 103**.

100 Considere que a *holding* de determinado grupo econômico tenha emprestado recursos a uma de suas empresas controladas para o pagamento de contrapartida em parceria com empresas no exterior. Considere, ainda, que este empréstimo deva ser integralmente quitado até agosto do exercício seguinte. Nessa situação, o empréstimo deve constar no balanço da *holding* no grupo de ativo realizável a longo prazo.

101 A demonstração do valor adicionado deve obedecer à metodologia definida em lei, segundo a qual a conta de perda e recuperação de valores ativos deve incluir os valores de aquisição dos itens de estoque e investimento perdidos ou recuperados.

102 Considere que determinada empresa tenha recebido recursos de indenização de seguro pago em decorrência de incêndio ocorrido em uma de suas unidades fabris. Nessa situação, os recursos recebidos devem ser incluídos na demonstração do fluxo de caixa no grupo de fluxos de operações.

103 A demonstração de mutações do patrimônio líquido, cujo objetivo é demonstrar integralmente a variação, positiva ou negativa, dos recursos disponíveis para a entidade, evidencia os fatos que afetaram o capital próprio em determinado período de tempo.

A respeito das notas explicativas e das regras de consolidação das demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

104 Considere que determinada parcela do custo de aquisição do investimento em empresa controlada não tenha sido absorvida no processo de consolidação. Nessa situação, a referida parcela deve ser objeto de nota explicativa e ser mantida no ativo não circulante da entidade controladora, com dedução para perdas já comprovadas.

105 Os eventos subsequentes à data do encerramento do exercício integram necessariamente as demonstrações contábeis seguintes, não devendo ser incluídos nas notas explicativas.

Julgue os seguintes itens, relacionados ao tratamento que deve ser dado, de acordo com as normas contábeis em vigor, aos itens de ativo e passivo.

106 A conta na qual for registrado o prêmio recebido na emissão de debêntures deve ser classificada como reserva de capital.

107 Considere que uma companhia tenha adquirido determinado lote de títulos mobiliários e não pretenda vender esses títulos no curso do exercício seguinte ao do levantamento do balanço. Considere, ainda, que, na data do encerramento do exercício, o valor de mercado do lote seja inferior ao custo de aquisição atualizado. Nessa situação, o investimento deve ser contabilizado pelo valor de mercado.

108 Se o preço de uma resma de papel utilizada nos setores administrativos de determinada empresa for maior, no encerramento do exercício, que o preço obtido na compra realizada no início do exercício, o estoque do referido bem poderá ser contabilizado pelo preço atualizado.

109 Considere que determinado empresário tenha adquirido fundo de comércio formado pelo conjunto de equipamentos, máquinas, estoques, ponto comercial, marcas, patentes e todos os demais bens necessários para manter em funcionamento um ponto comercial em operação há mais de dez anos. Nessa situação, o conjunto formado pelo fundo de comércio deverá ser incluído no ativo imobilizado.

110 Se for calculado que o total do ICMS a recuperar das operações de determinada empresa com aquisição de mercadorias for menor que o total do ICMS a recolher decorrente das vendas dessa empresa, é correto afirmar que os saldos não podem ser compensados no balanço patrimonial, devendo ser classificados separadamente.

Com relação ao tratamento dos itens de patrimônio líquido, julgue os itens subsequentes.

111 Se determinada empresa receber subvenção do governo federal para a realização de investimentos, ela poderá excluir do lucro líquido a subvenção recebida.

112 O prejuízo apurado em determinado exercício não pode ser compensado com lucros acumulados em exercícios anteriores.

113 As partes beneficiárias emitidas pelas companhias abertas são títulos negociáveis, sem valor nominal, que não compõem o capital social.

114 Não é possível haver ágio na emissão de ações sem valor nominal.

A respeito dos índices de avaliação econômico-financeira, julgue os próximos itens.

115 Se o quociente de posicionamento relativo for maior que 1, é correto afirmar que a empresa estará financiando suas vendas a prazo e comprometendo sua liquidez.

116 Mediante o índice de solvência geral, avalia-se o percentual de endividamento de uma empresa, tomando como referência o endividamento total.

Julgue os itens que se seguem, relativos à gestão de risco.

117 Na fase de comunicação do risco, deve-se proceder à identificação das diversas partes interessadas na gestão de riscos, bem como à delimitação das funções e responsabilidades dessas partes.

118 Define-se vulnerabilidade como um defeito ou fraqueza que compromete a integridade e a disponibilidade de um sistema de informações ou dos controles de segurança associados a esse sistema.

No que se refere à previdência privada, julgue os itens a seguir.

119 No âmbito das normas de previdência privada complementar, assistido é a pessoa física que aderir aos planos de benefícios.

120 Se forem verificadas anormalidades previstas em lei em entidades de previdência complementar, a intervenção nessas entidades deverá ser proposta pelo ministro da previdência social e decretada pelo presidente da República.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A previdência privada tem sido um importante instrumento utilizado pelas pessoas que estão em idade produtiva, entendendo-se como tais aquelas que se encontram inseridas no mercado de trabalho e que buscam produzir fundos financeiros capazes de propiciar uma aposentadoria com menores transtornos em termos de renda e qualidade de vida. O sistema público de concessão de aposentadoria no Brasil tem-se mostrado insuficiente para garantir uma aposentadoria que mantenha o poder de compra das pessoas, comparativamente ao nível socioeconômico por elas vivenciado antes de se aposentarem.

Namilton Nei Alves Coelho *et al.* **Fundos de pensão no Brasil**: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos seus gestores. Organ. Soc. vol. 19, n.º 61, 2012 (com adaptações).

Considerando o texto acima transcrito, de caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da contabilidade nos fundos de pensão. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ a tese da imunidade tributária; [valor: 12,00 pontos]
- ▶ auditoria e prestação de contas; [valor: 13,00 pontos]
- ▶ definições peculiares nas demonstrações contábeis. [valor: 13,00 pontos]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos